

ESPECIALIZAÇÃO EM INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA EM SAÚDE

ESTUDO EXPLORATÓRIO SOBRE ACESSIBILIDADE NOS MUSEUS DE CIÊNCIA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Por

Maria de Fátima Lemos Henriches

Projeto apresentado ao Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Informação Científica e Tecnológica em Saúde.

Orientadoras: MSc. Rosinalva Alves de Souza e Dr^a Michele Soltosky Peres Correa

Rio de Janeiro, maio de 2018

HENRICHES, Maria de Fátima Lemos. **Acessibilidade e Museus:** Proposta para o Projeto de Pesquisa (Especialização) – Curso de Especialização em Informação Científica e Tecnológica em Saúde, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2017.

RESUMO

A presente proposta tem por objetivo elaborar um projeto de pesquisa voltado para o tema acessibilidade nos museus de ciências, no tocante aos estudos relacionados à inclusão de pessoas com deficiências e a garantia de direitos.

O tema inclusão de PCD – pessoas com deficiência em distintos espaços culturais, bem sabemos que não é recente, mas tem muito ainda a avançar e por isso precisa se tornar uma pauta frequente na agenda das instituições no intuito de discutir, refletir e instrumentalizar seus espaços socioculturais para receber adequadamente pessoas com diferentes graus de limitação física. Portanto, a ideia é fazer um estudo exploratório sobre acesso aos museus de ciência na cidade Rio de Janeiro, com a finalidade de elaborar um panorama para conhecer como está a relação museus de ciência x pessoas com deficiência x acessibilidade, e como a informação, em suas diferentes dimensões, está disposta e alinhada com o que preconiza a Legislação.

Palavras-Chave: Acessibilidade. Museu. Pessoa deficiente. Inclusão. Diversidade.

LISTA DE SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CID	Classificação Internacional de Doenças
CIF	Classificação Internacional de Funcionalidade
CNM	Cadastro Nacional de Museus
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRAM	Instituto Brasileiro de Museus
LBI	Lei Brasileira de Inclusão
LIBRAS	Linguagem Brasileira de Sinais
NBR	Norma Brasileira
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PCD	Pessoa com Deficiência
SBM	Sistema Brasileiro de Museus
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA-----	05
2	OBJETIVOS-----	10
	2.1 OBJETIVO GERAL-----	10
	2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS-----	10
3	REFERENCIAL TEÓRICO-----	11
4	METODOLOGIA-----	16
5	RESULTADOS ESPERADOS-----	18
	REFERÊNCIAS-----	19
	CRONOGRAMA-----	23
	ORÇAMENTO-----	24

1 INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

O tema acessibilidade, apesar de não ser um tema recente, tem se tornado assunto de interesse e pautado algumas agendas institucionais dos mais variados segmentos da sociedade, a exemplo dos denominados espaços culturais. Acessibilidade é uma palavra bastante comum hoje em dia para tratar do acesso de pessoas com deficiência aos meios de transportes, serviços públicos e ambientes físicos. Ainda que avanços e conquistas na garantia de direitos à pessoa com deficiência (PCD) tenham alcançado um patamar antes impensável, constata-se que ainda estamos longe de um nível minimamente considerado aceitável e adequado às necessidades reais dessas pessoas no que tange seu acesso aos bens e serviços mais diversos oferecidos pela sociedade. O enfrentamento de barreiras são obstáculos diários reais configurando-se, muitas vezes, em empecilho à inclusão. E essas barreiras compreendem diferentes dimensões: forma arquitetônica (urbanística), atitudinal, comunicacional e informacional e até mesmo instrumental.

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), existem no mundo mais de 1 bilhão de pessoas com deficiência. Segundo Censo IBGE 2010, no Brasil esse número chega em torno de 45 milhões, equivalente a 23,9% da população. Acredita-se que atualmente esse número já tenha sido ultrapassado.

“Acessibilidade surge como tributo imprescindível na sociedade permitindo que todos possam desfrutar das mesmas oportunidades, a saber: educação, trabalho, habitação, lazer, cultura e as novas tecnologias da informação e comunicação”. (Amengual, 1994) apud Tavares Filho (2003).

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), “a definição de acessibilidade é o processo de conseguir a igualdade de oportunidades em todas as esferas da sociedade”.

Trata-se de um tema pertinente e atual sobre o qual há uma vasta literatura e uma legislação que visa garantir direitos de acesso de pessoas com deficiência a bens e serviços oferecidos pela sociedade em seus mais diversos segmentos. Portanto, a orientação é que se invista em iniciativas que visem minimizar as barreiras cotidianamente enfrentadas, e nesse sentido, algumas organizações não-governamentais

e privadas tem investido em ações específicas, ainda que incipientes, voltadas não somente para pessoas com deficiência mas também com mobilidade reduzida, que é aquela com dificuldade de se movimentar permanente ou temporariamente, com redução efetiva de mobilidade, flexibilidade, coordenação motora e percepção.

No âmbito legal, a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) define o escopo do que considera deficiência, destacando o aspecto “perda da funcionalidade por impedimento a longo prazo”. O art. 2 da lei entende que:

“Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”. (art. 2. P. xx. LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015.

Juridicamente o tema acessibilidade apresenta uma certa complexidade. A nossa Legislação discorre sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência com a finalidade de assegurar que seus direitos sejam respeitados, para que tenham acesso e prioridade nos locais, procedimentos médicos, judiciais, administrativos, educacionais, lazer e cultura. (Estatuto da Pessoa com deficiência Lei 13146/2015; Lei 7853/89; Decreto 3298/99; Lei 11.126/2005; Lei 8160/91; Lei 10.048/2000; Lei 10.098/2000 e Decreto 5296/2004). E a **Lei 11.904**, de 14/01/2009, que cria o Estatuto Brasileiro de Museus, no qual o tema da Acessibilidade é contemplado, a partir do qual o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) editou um caderno museológico sobre acessibilidade em 2012 e desde então apresenta nos seus planos anuais de ação um programa chamado Museus e Acessibilidade.

Ainda no âmbito público, vale mencionar o programa federal *Viver sem Limites* que gerencia os direitos das pessoas com deficiência, com objetivo de valorizar a pessoa como cidadã, respeitando suas características e particularidades, cuidando das diversidades. Esse Programa é apoiado pelas normas constitucionais, leis federais e decretos que regem os direitos da pessoa com deficiência.

Também é possível contar com o suporte do Comitê do Cadastro Nacional de Inclusão da Pessoa com Deficiência e da Rede Intersetorial de Reabilitação Integral junto ao Governo para diligenciar as ações feitas para atender a demanda. De acordo com informações do site, esse cadastro tem a finalidade de coletar e processar informações de pessoas com deficiência em todo território nacional. O programa espera identificar as necessidades desse grupo, bem como as barreiras que impedem a realização de seus direitos.

Em levantamento feito em 2009, pela Associação Brasileira de Centros e Museus de ciência, estimou-se um número aproximado de cerca de 200 espaços no Brasil que exploram a ciência e tecnologia como tema. O estudo ainda destaca a distribuição desigual desses espaços de ciência no país, onde as regiões sul e sudeste concentram cerca de 70% desses espaços. A área de museus e centros de ciência, segundo estudo, é marcada por um expressivo crescimento, onde o acesso ao lazer e à cultura tem papel relevante para a inclusão social.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), criado pelo ex-presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em janeiro de 2009, o museu serve para conservar, investigar, comunicar, interpretar e expor para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento¹.

“O museu é o lugar em que sensações, ideias e imagens de pronto irradiadas por objetos e referenciais ali reunidos iluminam valores essenciais para o ser humano. Espaço fascinante onde se descobre e se aprende, nele se amplia o conhecimento e se aprofunda a consciência da identidade, da solidariedade e da partilha”. IBRAM,2009).²

¹ Santos, Angelo Oswaldo de Araújo, Presidente do Instituto Brasileiro de Museus, Carta de Serviços ao Cidadão, Instituto Brasileiro de Museus – Ibram, 2014.

²Instituto Brasileiro de Museus, <http://www.museus.gov.br/os-museus/>

A autora Sônia Santos, estudiosa do tema, acredita que “a consciencialização para a acessibilidade museológica tem vindo a aumentar e torna-se imprescindível que os museus, enquanto espaços socioculturais, aceitem e integrem, no âmbito das suas missões, a inclusão de todos os públicos”.

Diante dessa abordagem, reforçamos a importância de discutir melhor o museu acessível, rever os espaços museológicos, que sem dúvida, precisam estar adaptados para receber os visitantes com deficiência e também profissionais qualificados que possam atender corretamente esse público.

Alguns Museus já contam com melhorias e inovações como é o caso do Museu de Zoologia da USP, visto no artigo publicado pela Márcia Fernandes Lourenço, onde mostra que o museu tem atividades educativas voltadas para todos os públicos, trabalhando principalmente a questão da inclusão de pessoas com deficiência visual e intelectual.

Os objetivos apresentados no trabalho do Museu de Zoologia, foram para atender diretamente os visitantes do museu, os trabalhos apresentados com materiais didáticos produzidos especialmente para tratar a inclusão de pessoas com deficiência visual nas visitas às exposições, foram centrados nas atividades educativas realizadas com os monitores e funcionários que atendem diretamente ao público com deficiência, tiveram resultados positivos, superando as expectativas do público e também dos profissionais do museu.

Já num debate sobre acessibilidade e inclusão, realizado no Museu Imperial de Petrópolis, RJ, (Dia Internacional de Museus, 18 de maio de 2017), a museóloga Viviane Sarraf, disse “é preciso não só adaptar os espaços arquitetonicamente, mas haver toda uma política de inclusão. “É necessário haver uma comunicação inclusiva, com materiais impressos em padrões universais de acessibilidade, filmes com legendas, educadores e funcionários com nível intermediário de LIBRAS (Linguagem Brasileira de Sinais), publicações em Braille, áudio-guia, vídeo-guia em LIBRAS etc. A comunicação e a mediação sensoriais são livres de barreiras culturais, linguísticas e cognitivas”.³, esses são outros desafios para acessibilidade que precisamos tratar, que

³<http://www.museuimperial.gov.br/imprensa/novidades-imperiais/3101-museu-imperial-debate-acessibilidade-e-inclusao-no-dia-internacional-de-museus>.

englobam a comunicação e informação para a inclusão de pessoas com deficiência nos museus e nos demais espaços culturais.

Muito tem se discutido a questão do acesso, da inclusão, e de novos desafios para comunicação, informação em saúde. A Fiocruz por ser uma Instituição de Saúde Pública busca estar sempre atualizada, compartilhando informações e anseios referentes ao tema acessibilidade para o cuidado da comunidade interna e da população no geral. A partir dessa demanda, criou, em 2017, o Comitê Fiocruz para Acessibilidade e Inclusão das Pessoas com Deficiência, que veio para fortalecer ações em prol da equidade, atuando pela construção de uma política institucional pela defesa dos direitos das pessoas com deficiência no cotidiano da Fundação e se articulando por uma sociedade mais inclusiva.⁴

Dessa forma, a Instituição tenta focar sempre na importância da inclusão de pessoas com deficiência, trabalhando muito a questão do direito à comunicação, informação e saúde, promovendo debates, palestras, cursos e eventos em prol da acessibilidade para todos.

Neste sentido, o presente projeto traz como objeto a acessibilidade nos museus, tendo como escopo suas diferentes dimensões e sua relação com os princípios da equidade e inclusão social. A proposta em curso se inscreve no universo de pesquisas que se debruçam sobre investigar a relação acessibilidade e museus, especialmente àqueles que se dedicam à ciência e tecnologia.

Essa proposta parte do entendimento de que investigar a interface entre museus e acessibilidade pode fornecer um diagnóstico que poderá vir a contribuir em tomadas de decisão e elaboração de ações que contribuam para minimizar as iniquidades de acesso aos bens culturais por parte da PCD, promovendo experienciar, de forma mais abrangente e autônoma, as riquezas de informação dispostas nos centro de ciência e museus de C&T.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Fazer um estudo exploratório sobre acessibilidade em espaços culturais, museais de ciências na cidade do Rio de Janeiro e avaliar a disposição da informação em suas mais diferentes dimensões.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

a) Elaborar um panorama sobre as dimensões de acessibilidade, tais como:

a.a - Acessibilidade aos códigos culturais;

a.b – Acessibilidade aos meios de produção cultural;

a.c - Acessibilidade física;

a.d - Acessibilidade sensorial;

a.e - Acessibilidade cognitiva e informacional;

a.f - Acessibilidade econômica e social

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Dos 5.565 municípios brasileiros, o Censo 2010 compreendeu um levantamento minucioso, visitando 67,6 milhões de domicílios, para colher informações sobre quem somos, quanto somos, onde estamos e como vivemos. Apresentam informações gerais sobre a população, religião e pessoas com deficiência, abrangendo situação do domicílio, sexo, idade e cor ou raça. Nesse último levantamento, o total foi de 190 755 799 (cento e noventa milhões, setecentos e cinquenta e cinco mil, setecentos e noventa e nove) pessoas. Considerando os tipos de deficiência visual, auditiva, motora e mental / intelectual, separados pelas categorias “não consegue de modo algum”, “grande dificuldade” e “alguma dificuldade”, conforme dados da tabela abaixo. (CENSO 2010).

Censo Demográfico 2010 - Características Gerais da População - Resultados da Amostra							
Tabela 1.3.1 - População residente, por tipo de deficiência, segundo a situação do domicílio e os grupos de idade							
Brasil - 2010							
População residente							
	Tipo de deficiência						
	Pelo menos uma das deficiências investigadas (1)	Visual			Auditiva		
		Não consegue de modo algum	Grande dificuldade	Alguma dificuldade	Não consegue de modo algum	Grande dificuldade	Alguma dificuldade
Total	190 755 799	45 606 048	506 377	6 056 533	29 211 482	344 206	1 798 967

População residente					
Tipo de deficiência					
	Motora			Mental / intelectual	Nenhuma dessas deficiências (3)
	Não consegue de modo algum	Grande dificuldade	Alguma dificuldade		
Total	734 421	3 698 929	8 832 249	2 611 536	145 084 976

Entendemos como deficiência, os termos descritos acima, como conceito utilizado pelo Censo, que foi o de limitação de atividades, apresentado pelas pessoas. Este limite é o tratado pela Classificação Internacional de Funcionalidade (CIF), desenvolvida pela OMS (outubro/2001), que complementa a Classificação Internacional de Doenças e de Problemas relacionados à Saúde - CID.5

⁵<http://www.mppr.mp.br>

O conceito acessibilidade engloba o direito de acessar informação, que pode ser via web ou não, como também da eliminação de barreiras arquitetônicas, da comunicação a informação, etc. O Art. 8 da Lei Brasileira de Inclusão de Pessoa com Deficiência define acessibilidade como condição para utilização com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços mobiliários e equipamentos urbanos, edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida”.

A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), define o termo acessibilidade como a possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia para edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Na NBR 9050/2015, está registrado que “no estabelecimento desses critérios e parâmetros técnicos foram consideradas diversas condições de mobilidade e de percepção do ambiente, com ou sem a ajuda de aparelhos específicos, como: próteses, aparelhos de apoio, cadeiras de rodas, bengalas de rastreamento, sistemas assistivos de audição ou qualquer outro que venha a complementar necessidades individuais.

É relevante ressaltar que, no âmbito dessa discussão da interface entre museu e acessibilidade, a acessibilidade é propiciada por condições de acesso, cujo conceito é empregado em diferentes contextos: de pessoas, transportes, materiais, informação, comunicação (clínicos, educacionais, jurídicos, etc.).

“Acesso é um conceito complexo, geralmente empregado de forma imprecisa e que muda ao longo do tempo e de acordo com o contexto. (...) Observa-se uma tendência de ampliação do escopo do conceito de acesso, com deslocamento do seu eixo da entrada nos serviços (uso) para os resultados dos cuidados recebidos. O acesso é visto pelo seu impacto na saúde e dependerá também da adequação do cuidado prestado. Finalmente, destaca-se que determinantes da saúde diferem daqueles do uso de serviços e que a utilização de serviços

*impacta diretamente a doença, mas apenas indiretamente a saúde”.**

Foi feito um estudo exploratório sobre o acesso aos museus da Universidade de São Paulo, com objetivo de analisar o acesso dos museus da USP refletindo sobre sua qualidade e quantidade de visitantes com e sem deficiência na categoria de público espontâneo e em grupos. Nesse estudo, os pesquisadores falam do acesso aos museus brasileiros como “um direito a ser plenamente conquistado, uma vez que existem mecanismos de exclusão de várias parcelas da população que comprometem a liberdade dos cidadãos no uso e apropriação do patrimônio cultural preservado nessas instituições”.⁶

Os autores desse artigo, trabalharam a questão das políticas de acesso aos museus e ações de mediação cultural para formação e inclusão de diferentes públicos. Descreveram as responsabilidades por parte dos gestores culturais e demais profissionais, e conscientizaram da importância de perceberem as diferenças e necessidades específicas como alguma condição para atendimento especial nos espaços. “Ao ignorar as diferenças dos indivíduos e deixar de atender suas necessidades específicas, são formadas as barreiras físicas, de comunicação, de informação e de atitude que tornam os museus pouco atrativos para grande parte da população” (Lourenço; Fares; Rodrigues; Vidal; Sarraf).

Tendo como parâmetro a literatura que discute a temática do acesso da pessoa com deficiência ao museu, podemos refletir a realidade da inclusão social, dos direitos das pessoas com deficiência, da oportunidade de compreensão das informações disponíveis nos espaços museológicos, problemas de barreiras de comunicação e informação, vimos que alguns autores já se encontram total apoio ao movimento de acesso e inclusão para os museus.

Não podemos perder de vista que toda essa discussão sobre acesso e acessibilidade no âmbito dos museus objetiva também promover a inclusão de pessoas com deficiência aos espaços socioculturais.

* Travassos, Claudia; Martins, Mônica, Uma revisão sobre os conceitos de acesso e utilização de serviços de saúde, Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 20 Sup 2:S190-S198, 2004.

⁶Lourenço; Fares; Rodrigues; Vidal; Sarraf, Artigo, Museologia e Patrimônio - Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio - Unirio | MAST – vol.9, no 1, 2016.

O conceito de inclusão é abrangente e apresenta algumas variáveis e entende-se como inclusão; “inserção total e incondicional de qualquer pessoa, com ou sem deficiência, propondo transformações profundas e reconhecendo a diversidade como um valor humano. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. E essa inclusão social contempla o acesso aos denominados espaços socioculturais, a exemplo de museus, centros culturais e outros espaços destinados a disponibilizar para a sociedade bens culturais das mais diversas dimensões.

Como o foco aqui são os espaços museais, essa pesquisa descobriu que a definição mais atualizada de Museu é de 2007 (VALENTE, 2011). “Um Museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e seu desenvolvimento, aberto ao público, que adquire, conserva, estuda, expõe e comunica o patrimônio material e imaterial da humanidade e de seu ambiente para fins de estudo, educação e lazer”. A autora ressalta ainda que as “funções fundamentais do Museu, incorporadas à Instituição desde sua constituição renascentista, guardadas as conseqüentes atualizações ao longo do tempo, continuam sendo de pesquisar, preservar e difundir conhecimentos e, são elas em suas diferentes dimensões (social, educacional, comunicacional, econômica, política, cultural, etc.), que vem sendo estudadas por diferentes pontos de vista (histórico, antropológico, sociológico, etc.)

A pesquisa “Reabilitação do Museu: Políticas de Inclusão Cultural por meio da Acessibilidade”, da autora Viviane Panelli Sarraf, (2008), investigou a relação museus e pessoas com deficiência, analisando as teorias e práticas voltadas à ação cultural e programas inclusivos. Investiga também os conceitos de inclusão e acessibilidade em relação ao museu e à mediação cultural, utilizando para tanto os depoimentos de integrantes dos dois lados do sistema pesquisado: pessoas com deficiência representando o público beneficiário e gestores das instâncias públicas e privadas representando os museus e instituições culturais.

De acordo com a literatura consultada, alguns museus já são apontados como exemplos de casos bem sucedidos, porém ainda em processo de implementação em algumas áreas a serem trabalhadas. Os resultados apontam que a preocupação com o acesso da pessoa com deficiência em museus no Brasil existe e está sendo estudada. Sinalizam algumas ações de desenvolvimento específicas para visitação ao museu,

como exemplo quando tratam a questão de autonomia, conforto e segurança, tendo o cuidado para que cada indivíduo possa explorar o espaço da melhor forma possível, se sentindo acolhido e com interesse em voltar.

Entretanto, há que se considerar que a acessibilidade em espaços socioculturais, como em museus, por exemplo, com a estrutura que conhecemos hoje, envolve um conjunto de dimensões diferenciadas, o que exige também ações diferenciadas, o que demandará, em projeção, toda uma ordem de investimento para promover o acesso da pessoa com deficiência a esses espaços.

Para Sônia Santos “a integração e a comunicação são elementos fulcrais e devem constar das agendas e programação dos museus deste século, dada a sua ligação à sociedade diversificada, heterogênea e consumidora cultural. Neste contexto, a inclusão não poderá cingir-se em exclusivo à área arquitetônica, mas também, a tudo o que se relaciona com as vertentes comunicativas, informática e eletrônica. Conceitos como abertura e acesso devem ser entendidos como concepções amplas e globais que não se referem apenas à deficiência, mas pretendem exercer um verdadeiro papel de inclusão, onde todos cabem”.

4 METODOLOGIA

Ainda estamos em busca de identificar um método que seja mais adequado à proposta de trabalho. A ideia é fazer ajustes na medida que a pesquisa avançar. E para alcançar os resultados esperados, inicialmente, serão trabalhadas as seguintes etapas:

- a) Elaborar estratégias de busca via software a definir: nesta etapa será realizado levantamento da produção científica sobre a temática acessibilidade e museus, objetivando conhecer as discussões e reflexões sobre o tema, como também tomar conhecimento das ações propostas, que buscam tornar acessível a inclusão de pessoas com deficiência aos espaços socioculturais;
- b) Levantar leis e Decretos, desde os marcos legais, e as possíveis alterações pelas quais tenham passado;
- c) Mapear os espaços socioculturais na cidade do Rio de Janeiro que se dedicam à ciência e tecnologia;
- d) Monitorar e participar de eventos como seminários que abordem o tema e verificar o que efetivamente tem sido feito no sentido de promover a acessibilidade em museus em consonância com as determinações do Plano Nacional dos Direitos de Pessoas com Deficiência;
- e) Elaborar um roteiro de visitas técnicas a esses espaços culturais no sentido de verificar em como estão adaptando suas estruturas, desde a arquitetura até os formatos de exposições que permitam à pessoas com algum grau de deficiência experienciar a plenitude de uma visita ao museu;
- f) Solicitar aos dirigentes dos museus mapeados e identificados, permissão de acesso para conduzir a pesquisa;
- g) Submeter o projeto ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP);

h) Análise dos dados: reunião, consolidação e apresentação dos resultados por meio de tabelas e gráficos, que representem os resultados parciais da pesquisa.

5 RESULTADOS ESPERADOS

Como resultado do projeto espera-se a partir desse estudo elaborar um panorama da produção científica sobre o tema, analisando o papel dessa produção como aporte na formulação de políticas públicas para ações culturais inclusivas em relação a pessoa com deficiência.

A partir da observação e escuta dos diversos atores envolvidos nesse processo, a saber gestores, profissionais de atendimento e o público usuário, espera-se ser possível inferir como os museus em estudo estão propondo ações dentro de uma política de acessibilidade e como estão adaptando seus espaços para receber essas pessoas, em seus diferentes graus de deficiência, de acordo com a determinação da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

Partindo dessa perspectiva será possível vislumbrar um cenário para pensar e propor ações que podem servir como aporte para auxiliar em possíveis estratégias e orientações na conscientização da importância para acessibilidade museológica e para a inclusão cultural em cumprimento às diretrizes legislativas que orientam a integração a todos os públicos nesses espaços culturais.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ✓ ABNT NBR 9050:2004, Associação Brasileira de Normas Técnicas, Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos;
- ✓ ABNT NBR 14273:1999, Associação Brasileira de Normas Técnicas, Projeto 16:009.06-003:1997, CB-16 - Comitê Brasileiro de Transporte e Tráfego CE-16:009.06 - Comissão de Estudo de Pessoas Portadoras de Deficiência;
- ✓ ABNT NBR 13994:2000, Associação Brasileira de Normas Técnicas, Projeto NBR 13994:1999, ABNT/CB-04 - Comitê Brasileiro de Máquinas e Equipamentos Mecânicos CE-04:010.14 - Comissão de Estudo de Elevadores para Pessoa Portadora de Deficiência;
- ✓ ABNT NBR 15250:2005, Associação Brasileira de Normas Técnicas, Acessibilidade em caixa de auto-atendimento bancário;
- ✓ ABNT NBR 14970-2, Associação Brasileira de Normas Técnicas, Acessibilidade em veículos Automotores, Parte 2, Diretrizes para avaliação clínica de condutor com mobilidade reduzida, Julho de 2003;
- ✓ ABNT NBR 14970-1, Associação Brasileira de Normas Técnicas, Acessibilidade em veículos Automotores, Parte 1, Requisitos de Dirigibilidade, Julho de 2003;
- ✓ ABNT NBR 14020:1997, Projeto NBR 10984-1:1996, CB-16 - Associação Brasileira de Normas Técnicas, Comitê Brasileiro de Transportes e Tráfego, Transporte - Acessibilidade à pessoa portadora de deficiência - Trem de longo percurso, Dezembro de 1997;

- ✓ ABNT NBR 14021:2005, Associação Brasileira de Normas Técnicas, Transporte, Acessibilidade no sistema de trem urbano ou metropolitano, Junho de 2005;
- ✓ Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. A pessoa com deficiência e o Sistema Único de Saúde / ed. – Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2007. 16p. – (Série F. Comunicação e Educação em Saúde);
- ✓ CANGUILHEN, Georges. O normal e o patológico, tradução de Mana Thereza Redig de Carvalho Barrocas; revisão técnica Manoel Barros da Motta; tradução do prefácio de Piare Macherey e da apresentação de Louis Althusser, Luiz Otávio Ferreira Barreto Leite. - 6.ed. rev. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009;
- ✓ CERQUEIRA, Jonir Bechara [et al.]. Brasil, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Grafia Braille para a Língua Portuguesa, Secretaria de Educação, Especial. Brasília: SEESP, 2006;
- ✓ COSTA Luiza Santos Moreira da. Inclusão no curso médico: Atenção Integral à Saúde das Pessoas com Deficiência, Rio de Janeiro 2015;
- ✓ DEFICIÊNCIA, Viver sem Limite – Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com / Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) / Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD) • VIVER SEM LIMITE – Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência: SDH-PR/SNPD, 2013. 92 p.;
- ✓ DUARTE, C. R. e Cohen, R. (Coords.)/Núcleo Pró-Acesso, UFRJ/FAU/PROARQ, Acessibilidade para todos: Uma cartilha de orientação, Rio de Janeiro, 2004;

- ✓ LOURENÇO, Márcia Fernandes; FARES, Djana Contier; RODRIGUES, Juliana; KISTLER, Fernanda Luise Vidal; SARRAF, Viviane Panelli. Estudo exploratório sobre o acesso aos museus da Universidade de São Paulo. UNIRIO, 2016

- ✓ LOURENÇO, Márcia Fernandes. A Inclusão do Museu de Zoologia da USP: Recursos Educativos Especiais. Girona, 2013

- ✓ JANNUZZI, Gilberta de Martino, Campinas: Autores Associados, 2004, 243p. (Col. Educação Contemporânea);

- ✓ PRADO, Adriana R. De Almeida, Desenho Universal - Caminhos da **Acessibilidade** no Brasil, Annablume, São Paulo 2010; Rocha , Rogério Lannes. Acessibilidade para todos, Diversidade na Saúde; Fundação Oswaldo Cruz, editada pelo Programa Radis de Comunicação e Saúde, da Escola, Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp), Julho de 2013;

- ✓ SANTOS. Sônia, Museus Inclusivos: realidade ou utopia? Artigo baseado na dissertação de mestrado da autora. Pp. 281-324. Cidade do Porto, 2009.

- ✓ SARRAF, Viviane Panelli. Acessibilidade em espaços culturais: Mediação e comunicação sensorial, EDUC - Editora da PUC-SP, 2016;

- ✓ SARRAF, Viviane Panelli, Reabilitação do Museu: Políticas de Inclusão Cultural por meio da Acessibilidade, São Paulo, 2008;

- ✓ SCHWARZ, Andrea, Jaques Haber, 1976, Cotas: como vencer os desafios da contratação de pessoas com deficiência /S.o Paulo: i.Social, 2009. 270p.;

- ✓ SILVA, Marina Maria Ribeiro Gomes da. Condições e contradições por direitos sociais e inclusão: uma análise sobre as movimentações e mediações de pessoas com deficiência em conferências de saúde / Marina Maria Ribeiro Gomes da Silva. – Rio de Janeiro, 2012;

- ✓ TRAVASSOS, Claudia; Martins Mônica, Uma revisão sobre os conceitos de acesso e utilização de serviços de saúde, Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 20 Sup2: S190-S198, 2004;
- ✓ VALENTE, Maria Esther Alvarez. Interseções necessárias: História, Museologia e Museus de Ciência e Tecnologia. Revista Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da UNB, pg 38-53. 2014
- ✓ VLACHOU, Maria e Alves, Fátima, ACESSIBILIDADE NOS MUSEUS , Coleção PÚBLICOS Nº 2, Serviços Educativos na Cultura, Coordenação: Sara Barriga e Susana Gomes da Silva.

7 CRONOGRAMA

A previsão de execução deste projeto será de um ano, em etapas distribuídas abaixo (podendo ser estendido por 01 ano):

Meses: 01, 02

Levantamento da produção científica nacional sobre acessibilidade

Meses: 03 e 04

Pesquisa, leitura e organização das diversas dimensões de acessibilidade dispostas nos objetivos específicos

Meses: 05, 06 e 07

Levantamento e leitura de Leis e Decretos

Meses: 07 e 08

Identificação e seleção dos museus e visitas técnicas aos mesmos, explorando cada aspecto pertinentes à essa pesquisa

Meses: 09, 10, 11 e 12

Reunião das informações, análise e consolidação dos dados. Apresentação dos resultados da pesquisa em formato de gráficos, textos e mapas.

8 ORÇAMENTO

O orçamento desse projeto prevê a contratação de 01 (um) profissional da área de informação para execução do projeto estimado para o período de 12 (doze) meses. Com relação ao espaço físico, mobiliário e equipamentos de trabalho, serão utilizados da própria Instituição, conforme previstos nas tabelas abaixo.

Recursos Humanos	Custo	Qtd.	Total (R\$)/Mês	Total/HH (x12 meses)
01 profissional (área de informação)	R\$ 4.200,00	01	R\$ 4.200,00	R\$ 50.400,00